

Aulas de compensação vão recair sobretudo nas disciplinas com exame este ano lectivo

Educação
Graça Barbosa Ribeiro

Opção não está relacionada com falta de recursos, mas na incapacidade dos alunos para suportarem um aumento da carga lectiva

Os representantes das duas associações de dirigentes escolares e o presidente do Conselho das Escolas (CE) afirmaram ontem que a recuperação das aulas perdidas pelos alunos na sequência do atraso na colocação dos professores não será feita, de um modo geral, em todas as disciplinas. Estão a ser privilegiadas aquelas em que os estudantes têm exame no final deste ano lectivo, não tanto devido à falta de recursos, explicam, mas à impossibilidade de os sobrecarregar com mais aulas.

“Neste momento, não faz sentido estarmos a falar de situações ideais, mas da solução possível”, diz Filinto Lima, vice-presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDEP). E o possível é dar especial atenção aos alunos que estão em fim de ciclo (4.º, 6.º e 9.º) e com exames às disciplinas de Português e Matemática, no básico; e, no secundário, aos estudantes do 11.º e 12.º, àquelas duas disciplinas e a outras em que, conforme os cursos, têm exames (como, por exemplo, Física e Química, Biologia e Geologia, Geografia ou História).

Para justificar as limitações, Filinto Lima dá como exemplo o caso de três turmas de 6.º ano que, no agrupamento de escolas que dirige, em Gaia, estiveram sem professor de Português, e também a outras disciplinas, até à semana passada: “Mesmo com mais 50 minutos por semana a Português, o que já representa um enorme sacrifício para os alunos, o número de aulas só ficará reposto no final de Maio”, contabilizou.

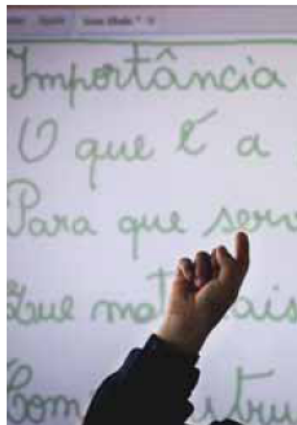
Na sua perspectiva, “as crianças não suportariam mais tempos lectivos por semana”. Uma opinião é partilhada por Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), que sublinha que “basta olhar para a mancha horária dos alunos para se perceber que não há onde colocar as horas extra”.

A solução, tanto no agrupamento de Gaia como no de Cinfães, este dirigido por Manuel Pereira, passa, por isso, pela ocupação, com aulas, de tempos destinados ao apoio a alunos com mais dificuldades que, por sua

vez, deixam de beneficiar daquela ajuda. No caso das disciplinas sem exame, explicam ambos, caberá aos professores analisar os programas a curto e a médio prazo, e delinear estratégias. Uma delas pode ser destinar mais tempo a conteúdos que sejam importantes para a compreensão de outros, que tenham continuidade em anos posteriores, concordam.

Eduardo Lemos, que preside ao Conselho das Escolas e dirige a Secundária Eça de Queirós, na Póvoa de Varzim, apoia e adota as mesmas estratégias, “como um mal menor”. “Nas escolas em que faltaram mais professores e, por coincidência, nas mesmas turmas, é impensável fazer compensação em todos os casos e com o mesmo número de horas em falta”, considera. Sublinha ainda que, “se esta solução não é satisfatória, também é verdade que nenhuma o seria, dadas as circunstâncias”. “Jamais estas crianças estarão em completas condições de igualdade em relação aos colegas que iniciaram o ano com o quadro de docentes completo – há um ritmo próprio de aprendizagem, que não é recuperável”, disse.

O facto de não tencionarem repor todas as aulas faz com que os recursos de algumas escolas sejam, em muitos casos, suficientes ou quase, concordam os três directores. “É um esforço enorme de organização, mas em muitas situações é possível recorrer a professores que estavam com horários incompletos e ao crédito horário das escolas”, precisou Eduardo Lemos. Nos restantes casos, os directores contam com o apoio do Governo. O secretário de Estado Fernando Egídio Reis garantiu que o MEC tem margem financeira para responder aos pedidos.



Alunos com exames vão ter prioridade